

UM OLHAR DIFERENCIADO SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: CONFLITOS E DESAFIOS.

Viviane de Almeida Silva – Graduanda em Pedagogia – UEPB
etavivi@hotmail.com

Prof. Esp. Nehemias Nasaré Lourenço (orientador) – UEPB
prof.nemo@hotmail.com

Resumo: O presente artigo é resultado de uma Pesquisa de Campo realizada na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), na cidade de Campina Grande – PB. A pesquisa surgiu como requisito do Componente Curricular Educação Especial II da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, ocorreram entre os dias 03 a 17 de Setembro de 2012. Tem por Objetivo informar para nós profissionais da área educacional como é realizado o trabalho com essas pessoas que possuem Deficiência Intelectual, quais suas maiores dificuldades e como a APAE oportuniza as centenas de crianças, jovens e adultos que procuram esse espaço. Como é feito o trabalho pedagógico em sala, os profissionais e atendimentos que a Instituição promove e qual o olhar da Instituição em relação à Política de Inclusão Escolar. Nessa perspectiva, os resultados obtidos são relevantes ao que concerne a informação e qualificação por parte dos profissionais que atendem naquela Instituição, o trabalho desenvolvido pela mesma é transformador por favorecer nessas crianças um convívio e autonomia social, a relação com os pais é de mútua convivência. Por fim, pudemos perceber como é realizado o trabalho com essas crianças que mesmo com suas limitações cognitivas, com o apoio de profissionais capacitados conseguem avançar progressivamente, possibilitando que a educação aconteça democraticamente respeitando as diferenças e a singularidade de cada indivíduo. Abordei alguns autores à saber: TANAKA (2009); GLAT (2007); Diretrizes Nacionais Para Educação Especial na Educação Básica. (2001).

Palavras - chave: Inclusão Escolar. Deficiência Intelectual. Educação.

Resumen: Este artículo es el resultado de una investigación de campo realizada en APAE (Asociación de Padres y Amigos de Niños Excepcionales), en la ciudad de Campina Grande - PB. La investigación fue una exigencia del Componente II Currículo de Educación Especial de la Universidad del Estado de Paraíba - UEPB se produjo entre los días 3 a 17 septiembre de 2012. Su objetivo para informar a los profesionales en el campo de la educación como el trabajo se lleva a cabo con estas personas tienen discapacidad intelectual, dificultades enfrentaron y cómo APAE alimentan cientos de niños, jóvenes y adultos que buscan este espacio. ¿Cómo es el trabajo pedagógico en el aula, y la atención profesional que promueve la institución y lo que la institución busque en embargo Política de Inclusión Escolar. Desde esta perspectiva, los resultados son

relevantes para lo que se refiere a la información y habilidades por parte de los profesionales que prestan servicios en esa institución, el trabajo es por el mismo transformador para favorecer a estos niños una autonomía de convivencia y social, relación con los padres es la convivencia mutua . Por último, vemos cómo el trabajo se realiza con estos niños que a pesar de sus limitaciones cognitivas, con el apoyo de profesionales capacitados puede avanzar paso a paso, lo que permite la educación suceda respetando democráticamente las diferencias y la singularidad de cada individuo. Hablé a algunos autores a saber: TANAKA (2009); GLAT (2007); Diretrizes Nacionais para la Educación Especial en la Educación Básica. (2001).

Palabras - clave: la inclusión escolar. Discapacidad intelectual. Educación.

Introdução

O presente artigo é resultado de uma Pesquisa de Campo realizada na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), na cidade de Campina Grande – PB. A pesquisa surgiu como requisito do Componente Curricular Educação Especial II da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, ocorreram entre os dias 03 a 17 de Setembro de 2012. Tem por Objetivo informar para nós profissionais da área educacional como é realizado o trabalho com essas pessoas que possuem Deficiência Intelectual, quais suas maiores dificuldades e como a APAE oportuniza as centenas de crianças, jovens e adultos que procuram esse espaço. Como é feito o trabalho pedagógico em sala, quais são os profissionais que a instituição dispõe, atendimentos que são disponibilizados e qual o olhar da mesma em relação á Política de Inclusão Escolar.

Até pouco tempo os alunos com deficiência Intelectual eram segregados em classes e escolas especiais, onde ficavam sob “coordenação” de professores especializados e de uma equipe multidisciplinar. Contudo, com as atuais políticas públicas de inclusão esses alunos passam a ter por direito, acesso a escola regular, embora, em certa medida continuem excluídos uma vez que acabam sendo alvo de discriminação por parte de alunos e, por falta de preparação/qualificação dos docentes para lidar com esse tipo de situação, tornam-se alvos de Bulling e “excluídos” do



âmbito escolar e conseqüentemente do processo de ensino-aprendizagem e do convívio social com os outros alunos.

Várias terminologias foram e ainda continuam sendo utilizadas para “definir” a pessoa com deficiência mental, mas que na verdade, não seriam cabíveis utilizá-las. Exemplo disso é o termo déficit mental recomendado pela Associação Internacional de Estudos Científicos (IASSID) e o termo déficit cognitivo, que também tem sido utilizado.

O conceito de deficiência mental utilizado atualmente é o adotado pela Associação Americana de Retardo Mental (AAMR), onde segundo ela: “deficiência mental é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual global, acompanhadas por dificuldades acentuadas no comportamento adaptativo, manifestadas antes dos dezoito anos de idade” (GLAT APUD BRASIL, 2005).

Diante disso, podemos dizer que a pessoa com deficiência intelectual é aquela que tem um ritmo, “desenvolvimento” de aprendizagem mais lento do que os indivíduos de mesma faixa etária. A pessoa com deficiência intelectual possui “características” tais como: “dificuldades para formação de conceitos e memorização, dificuldade em se adaptar as novas situações, apresentam um padrão diferenciado de desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor, possuem uma diferença nos processos evolutivos de personalidade, dificuldade de aprender” (GLAT APUD MAGALHÃES, 2000, p.3), etc.

Assim, percebemos que a dificuldade da pessoa e, neste caso, do aluno com deficiência intelectual está no nível cognitivo, dificultando sua aprendizagem, embora essa dificuldade não o impeça de conseguir aprender e se socializar com os demais (colegas, família, professores etc), de sorte que “todas essas dificuldades, mesmo nos casos mais graves, não representam limites ou patamares intransponíveis, já que essas



aptidões podem ser desenvolvidas com a exposição ao ambiente escolar” (GLAT, p. 81).

Desta forma, a escola deve trabalhar para desenvolver as habilidades dos alunos, habilidades essas que como nos aponta GLAT se dividem em intelectuais, habilidades conceituais, habilidade prática e habilidade social.

As habilidades intelectuais dizem respeito à capacidade do indivíduo em raciocinar, solucionar problemas, planejar, compreender ideias complexas, enfim, a tudo aquilo que diz respeito ao intelecto.

O comportamento adaptativo está ligado às habilidades para lidar com as mudanças da vida cotidiana.

As habilidades conceituais dizem respeito aos aspectos acadêmicos, cognitivos. A habilidade prática está relacionada às tarefas práticas do dia-a-dia como vestir-se, alimentar-se entre outras.

Já a habilidade social, diz respeito aos comportamentos considerados socialmente apropriados ou esperados para aquela faixa-etária.

Nesse sentido, percebemos a necessidade de trabalhar o cognitivo, o motor, o social, para que o aluno com deficiência intelectual (como também os demais alunos) possam desenvolver - se.

Deve-se considerar para tanto, as condições sócio - econômicas e ambientais nas quais o indivíduo está inserido, já que podem determinar o que esses alunos fazem, com quem, onde e quando fazem, e assim, trabalhar essas questões para que possa haver um favorecimento ao desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual.



Além disso, os professores e/ou profissionais que trabalham junto ao aluno com Deficiência Intelectual deve trabalhar o corpo e a linguagem através das artes, da música, da imitação, jogos e figuras de linguagem, dentre outras metodologias, pois estas, possibilitam as interações verbais entre os indivíduos, as relações interpessoais, o desenvolvimento e até a superação das suas dificuldades.

Dessa forma, o ato educacional, seja ele ofertado em instituições escolares ou espaços alternativos, precisa ser concebido como um processo interativo entre o aluno, o objeto de conhecimento e o mediador (TANAKA, 2009, p.46).

Uma proposta a ser utilizada no trabalho com pessoas com deficiência intelectual são os ateliês. E para exemplificar, podemos citar o Projeto de Extensão “Atividades Alternativas para Pessoas com Necessidades Especiais”, o qual, “atende cerca de 30 jovens e adultos com idade variando de 15 a 43 anos de idade. Todos diagnosticados com deficiência intelectual” (TANAKA, 2009, p.47).

Esse projeto se baseia nas concepções de Freinet e Vigotsky e, os ateliês funcionam duas vezes por semana com três horas de duração. Os alunos tem a opção de participar de dois ateliês de sua preferência no primeiro dia e outros dois no segundo dia.

Durante esse período são desenvolvidos os trabalhos com a finalidade de fazer com que os alunos despertem suas habilidades nas mais diversas áreas como: linguagem, plástica, oral, corporal, musical e gráfica.

Os ateliês estão divididos em: ateliê das artes plásticas, do teatro e música, atividade motora, informática e jogos matemáticos. Esses ateliês trabalham o desenvolvimento das habilidades musicais, do motor e do psicomotor, a expressão corporal, promove à inclusão digital e a socialização do conhecimento informatizado, o



enriquecimento da linguagem, as noções lógicas, enfim, o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual em todas as esferas possíveis.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial diz que

Em nossa sociedade, ainda há momentos de séria rejeição, ao outro, ao diferente, impedindo-o de sentir-se, de perceber-se e de respeitar-se como pessoa. A educação, ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, busca estabelecer relações pessoais e sociais, de solidariedade, sem máscaras, refletindo um dos tópicos mais importantes para a humanidade, uma das maiores conquistas de dimensionamento “ad intra” “ad extra” do ser e da abertura para o mundo e para o outro. Essa abertura, solidária e sem preconceitos, poderá fazer com que todos percebam-se como dignos e iguais na vida social. A democracia, nos tempos em que é definida pelo Artigo I da Constituição Federal, estabelece as bases para viabilizar, a igualdade de oportunidades, e também um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão de conflitos, em uma palavra, a pluralidade. Portanto, no desdobramento do que se chama conjunto central de valores, devem valer a liberdade, a tolerância, a sabedoria de conviver com o diferente, tanto do ponto de vista de valores quanto de costumes, crenças religiosas, expressões artísticas, capacidades e limitações. (BRASIL, 2001, p.25).

Conforme a apresenta as diretrizes ainda existem uma não aceitação por parte de algumas pessoas seja professor ou sociedade em geral, com relação a essas crianças que apresentam alguma necessidade educacional, porém temos entendimento que essa atitude precisa ser revista, não podemos aceitar em pleno século XXI, posturas que vão contra a uma sociedade plural e igualitária, no qual o outro precisa ser visto como sujeito constituinte de todo esse espaço, suas limitações não podem ser de forma alguma pré - requisito para sua aceitação.

Assim, compreendemos que “o processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência mental pode exigir a utilização de diversas formas de linguagem” (GLAT, p. 90). E o mais importante, “as limitações causadas pela deficiência mental precisam ser reconhecidas, mas não podem ser um empecilho para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça” (GLAT, p. 94).



Metodologia

A pesquisa ocorreu na Instituição APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), entre os dias 03 à 17 de Setembro de 2012 e para tal utilizamos as seguintes práticas metodológicas: entrevista semi- estruturada, análise *in loco*, ou seja, a pesquisação, pesquisa bibliográfica e a elaboração de relatórios. Com essas abordagens metodológicas, evidencia-se que a nossa pesquisa seguiu um caráter qualitativo e não quantitativo.

Na segunda semana fizemos as análises dos resultados colhidos através da entrevista semi - estruturada.

Análise dos Resultados

Durante o período em que estivemos na referida Instituição de Ensino como também em sala de aula, realizamos as nossas observações e aplicamos a entrevista semi - estruturada, verificamos que há todo um comprometimento e envolvimento da equipe pedagógica em relação a essas crianças e que as crianças se reconhecem naquele espaço como ambiente familiar, elas se sentem acolhidas, se percebem sujeitos integrantes daquele local. As profissionais são bem preparadas e desempenham sua função como muito profissionalismo e humanidade, embora reconheçam que os desafios são grandes e constantes.

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas praticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento (FÁVERO, 2004, p.30).

Como nos apresenta FAVERO (2004), os desafios em relação a essa proposta inclusiva e diante da fala das professoras são muitos, todavia é imensa a vontade de



tornar o ambiente escolar ainda mais facilitador que proporcione o desenvolvimento de múltiplas habilidades para a criança.

Muitas crianças não conseguem nem virar a página do livro, já com outras é preciso uma adaptação para segurar o lápis e a fixação do papel com fita adesiva no tampo da mesa ou carteira escolar, no trajeto de casa para a escola, nos deslocamentos em transportes coletivos, muitos deles precisam de um acompanhante.

Nos casos em que os membros inferiores são afetados os cuidados precisam ser redobrados para que esse aluno consiga participar das atividades escolares, tanto com relação à questão do piso, como na altura do armário onde irá guardar seu material.

As cadeiras de rodas precisam estar adequadas ao tamanho e peso do indivíduo, como também calibrar os pneus para que permita melhor locomoção e melhor desempenho, pois muitas vezes é um pequeno detalhe que impede ou permite a participação nas atividades.

Quando a criança necessita do auxílio de muletas os membros superiores ficam ocupados durante o deslocamento, dificultando uma ou outra atividade simultânea. Ex: deslocar-se com a bola na aula de educação física, levar o próprio caderno a mesa do professor, carregar a caixa de lápis colorida para a mesa onde estão os colegas, são ações que muitas crianças só podem realizar com ajuda, porém, quando é adaptado uma sacola ao peito desse aluno, um cinto improvisado, onde se costura alguns saquinhos de pano ou até mesmo quando introduzimos o uso de um avental com bolso se está favorecendo a autonomia no transporte de pequenos materiais e sua participação nas atividades.

Há crianças que precisam de cuidados ao serem tocados e transportados, nestes casos precisam ser realizadas adequações indispensáveis para que o aluno participe da vida escolar como: assentos de altura adequados que permitam apoiar os pés e soltar os



braços em mesas especialmente feitas para atender a necessidade de alimentação e trabalho da criança. Também precisam ser pensados os recursos para lições escolares e expressões artísticas sem contar as atividades de higiene e cuidados pessoais.

O impedimento para flexionar o braço, o pescoço rijo, e a impossibilidade de movimento de pinça, e diferentes funções motoras que também acarretam necessidades educacionais especiais e como todas outras, nos inspiram a criar recursos que nos auxiliem pessoas com deficiência física a desempenhar as atividades que desejam ou precisem para viver e conviver. Mas, não se trata apenas de adaptações de acessibilidade, alunos com essas características também irão precisar de um olhar aguçado do professor sobre as estratégias que desenvolvem para aprender e as formas de interação no convívio escolar.

[...] o processo de inclusão tem uma amplitude que vai além da inserção de alunos considerados especiais na classe regular, e de adaptações pontuais na estrutura curricular. Inclusão implica em um envolvimento de toda a escola e de seus gestores, um redimensionamento de seu projeto político pedagógico, e, sobretudo, do compromisso político de uma re-estruturação das prioridades do sistema escolar (municipal, estadual, federal ou privado) do qual a escola faz parte, para que ela tenha as condições materiais e humanas necessárias para empreender essa transformação (GLAT, 2003, p.33).

A educação escolar desses indivíduos exige muita atenção as suas melhores formas de funcionamento no ambiente físico e social, pois é a forma como interage com os objetos, a maneira de como se comunica, além da forma que se desloca nos espaços, indicará os caminhos pedagógicos a ser percorridos pelo aluno. Sem movimento coordenado das mãos ou de outra parte do corpo. O aluno precisa de ferramentas adequadas para que eles tenham oportunidades de ler, brincar, etc.

Conclusão

Diante do que foi apresentado nesta pesquisa, trabalhar a questão da Educação Inclusiva, em particular as Instituições, que dela se propõem a atender essas crianças

não é tarefa fácil, porém pudemos constatar que a referida instituição trata esse assunto com bastante responsabilidade e envolvimento, os trabalhos desenvolvidos favorecem o sujeito que precisa daquele espaço, transformando-o em pessoas autônomas e participativas.

A partir do que foi observado e coletado no decorrer da pesquisa percebe-se que a Instituição como também os profissionais que trabalham nela participam ativamente dessa política inclusiva e faz valer todos os esforços até então alcançados com árduas lutas. Portanto é de suma importância instigar nas crianças, a aceitação das identidades e a compreensão da diversidade e o respeito ao outro, só assim poderemos ter futuros cidadãos conscientes e adeptos a aceitação do outro com suas diferenças e qualidades.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Nacionais Para Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP. 2001, p. 25.

FÁVERO. Maria Teresa Martins. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem da Escrita.** Maringá, 2004.

GLAT, R. e Duque, M. A. **Convivendo com filho especial: o olhar paterno.** Rio de Janeiro: Editora Sette Letras. 2003, p.33.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro. **As necessidades educacionais especiais: altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento e deficiências.** Londrina: ABPEE, 2009.